

Globe Investimentos S.A.

Demonstrações contábeis referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2024 e 2023 acompanhado do relatório
dos auditores independentes

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
--	---

Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais - Ativo	6
Balancos patrimoniais - Passivo e Patrimônio Líquido	7
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	8
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	10
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	11
	12

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1	CONTEXTO OPERACIONAL	12
2	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
3	RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	15
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
5	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	17
6	IMPOSTOS A RECUPERAR	17
7	DEPÓSITOS FIDUCIÁRIOS	17
8	INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	18
9	INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS	18
10	ÁGIO EM INVESTIMENTOS	18
11	FORNECEDORES	19
12	OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	19
13	DÉBITOS COM EMPRESAS LIGADAS	19
14	COMPROMISSO COM TERCEIROS PARA INVESTIMENTO	19
15	PROVISÃO PARA ABANDONO DE POÇOS E INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO	20
16	PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS	20
17	PATRIMONIO LÍQUIDO	20
18	RECEITA LÍQUIDA	20
19	RESULTADO FINANCEIRO	21
20	DESPESAS POR NATUREZA	21
21	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
22	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	22
23	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	22
24	EVENTOS SUBSEQUENTES	22

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas
Globe Investimentos S.A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Globe Investimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Globe Investimentos S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo

30 de junho de 2025
Globe Investimentos S.A

International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.

30 de junho de 2025
Globe Investimentos S.A

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 30 de junho de 2025.

APPROACH
AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:06017215000100
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Assinado digitalmente por APPROACH
AUDITORES INDEPENDENTES S
S:06017215000100
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SP, L=Presidente Prudente, OU=Presencial, OU=15055927000104, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, CN=APPROACH AUDITORES INDEPENDENTES S
S:06017215000100
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.30 17:01:11-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

LEANDRO
ANTONIO
MARINI
PIRES:16461734813
Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3

Assinado digitalmente por
LEANDRO ANTONIO MARINI
PIRES:16461734813
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=15055927000104, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(em branco), CN=LEANDRO ANTONIO MARINI
PIRES:16461734813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.30 17:01:30-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

Globe Investimentos S.A.**Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.215	11	7.332	4.212
Contas a receber de clientes	5	-	-	6.430	-
Impostos a recuperar	6	125	15	1.257	15
Depositos fiduciários	7	-	-	187.019	-
Outros ativos circulantes		-	-	15.208	4.072
TOTAL DO CIRCULANTE		1.340	26	217.246	8.299
NÃO CIRCULANTE					
Investimentos em controladas	8	13.143	20.437	-	-
Instrumentos Patrimoniais	9	986.164	-	983.885	-
Ágio em Investimentos	10	43.981	43.981	44.025	43.981
Imobilizado		-	-	1.753	-
Direito de uso de arrendamento mercantil		952	-	952	-
Intangível		-	-	1.222	-
Outros ativos não circulantes		4.333	-	4.886	12.260
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.048.573	64.418	1.037.164	56.241
TOTAL DO ATIVO		1.049.913	64.444	1.254.410	64.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Globe Investimentos S.A.

**Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	11	120	-	5.633	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	12	647	2.688	5.474	2.784
Provisão a pagar de arrendamento mercantil		409	-	409	-
Débitos com empresas ligadas	13	127.486	303.951	127.486	303.951
Compromissos com terceiros para investimentos	14	13.817	13.817	13.817	13.817
Provisão para abandono de poços e instalações de produção	15	-	-	96.355	-
Outros passivos circulantes		-	-	25	-
TOTAL DO CIRCULANTE		142.479	320.456	249.199	320.552
NÃO CIRCULANTE					
Provisão a pagar de arrendamento mercantil		605	-	605	-
Compromissos com terceiros para investimentos	14	-	13.816	-	13.816
Provisão para abandono de poços e instalações de produção	15	-	-	78.017	-
Outros passivos não circulantes		-	-	19.760	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		605	13.816	98.382	13.816
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	17				
Capital social		1.402.155	123.315	1.402.155	123.315
Outros resultados abrangentes		65.725	-	65.725	-
Prejuízo acumulado		(561.052)	(393.143)	(561.052)	(393.143)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		906.829	(269.828)	906.829	(269.828)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.049.913	64.444	1.254.410	64.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Globe Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18	-	-	9.834	-
Custos de produção	20	-	-	(10.219)	-
LUCRO BRUTO		-	-	(385)	-
Administrativas e gerais	20	(5.677)	(2.326)	(48.799)	(3.852)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	(112.287)	(304.922)	(135.855)	(304.922)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(117.964)	(307.248)	(184.654)	(308.774)
RESULTADO OPERACIONAL		(117.964)	(307.248)	(185.039)	(308.774)
Receita financeira	19	768	6	29.174	8
Despesa financeira	19	(11.488)	(1.029)	(12.462)	(1.094)
		(10.720)	(1.023)	16.712	(1.086)
Resultado de equivalência patrimonial		(39.208)	(1.589)	-	-
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(167.892)	(309.860)	(168.327)	(309.860)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	435	-
		-	-	435	-
PREJUÍZO LÍQUIDO		(167.892)	(309.860)	(167.892)	(309.860)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Globe Investimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízos acumulados	(167.892)	(309.860)	(167.892)	(309.860)
Outros resultados abrangentes	65.725	-	65.725	-
Total do resultado abrangente do período	(102.167)	(309.860)	(102.167)	(309.860)
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Controladores	(102.167)	(309.860)	(102.167)	(309.860)
	(102.167)	(309.860)	(102.167)	(309.860)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Globe Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Outros resultados Abrangentes AAC	Prejuízos acumulados	Total	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1	-	(83.258)	(83.257)	(83.257)
Resultado líquido do exercício	-	-	(25)	(25)	(25)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1	-	(83.283)	(83.283)	(83.283)
Aumento do capital social	123.314	-	-	123.314	123.314
Resultado líquido do exercício	-	-	(309.860)	(309.860)	(309.860)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	123.315	-	(393.143)	(269.828)	(269.828)
Aumento do capital social	1.278.840	-	-	1.278.840	1.278.840
Ajuste acumulado de conversão	-	65.725	-	65.725	65.725
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(16)	(16)	(16)
Resultado líquido do exercício	-	-	(167.892)	(167.892)	(167.892)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.402.155	65.725	(561.051)	906.829	906.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Globe, parte integrante do grupo econômico J&F, é uma holding dedicada ao investimento com foco na expansão de seu portfólio, com especial interesse em negócios internacionais. Em um passo significativo para diversificar sua atuação, adquirimos a Fluxus em 1º de dezembro de 2023, marcando nossa entrada no promissor setor de petróleo e gás na América Latina.

A Fluxus detém os direitos exclusivos de exploração dos Blocos 1, 2 e Bloco Centro no campo de Centenário, localizado na província de Neuquén, Argentina, sob a operação da Pluspetrol. A média de produção diária nessa operação no mês de dezembro de 2024, foi de 5.890 barris equivalentes de óleo, desdobrando-se em 969 mil metros cúbicos de gás e 260 barris de petróleo. A conclusão dessa transação com a Pluspetrol está prevista para 2025, pendente de aprovações administrativas e condições procedentes habituais ao setor. Os valores pagos até o momento estão classificados em outros ativos não circulantes.

Para além da aquisição de ativos nesses setores, as iniciativas da Companhia estão voltadas para testar a capacidade e performance de diferentes cadeias de suprimentos, canais de distribuição, serviços de logística em modais diversificados e vendas. Entendemos que essa é uma estratégia fundamental para acelerar o conhecimento e validação dos níveis de produtividade e competitividade dos agentes de mercado e que nos permitirá alcançar a eficiência do negócio em menor tempo, por meio de um modelo escalável e com um potencial claro de gerar retornos financeiros sustentáveis a longo prazo.

1.1 Principais eventos operacionais ocorridos no exercício

1.1.1 Aquisição de novas empresas pela controlada Fluxus Holding

Em 23 de maio de 2024, a Companhia adquiriu, por meio de sua controladora direta Fluxus Holding S.A., 100% do capital social da Pluspetrol Cayman, holding constituída nas Ilhas Cayman que, por sua vez, detém integralmente a Pluspetrol Bolivia Corporation S.A. Em decorrência da aquisição e transferência da propriedade e do controle da Empresa, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 20 de junho de 2024, aprovou a alteração do contrato social e do estatuto da companhia. Como parte dessa deliberação, a denominação social foi modificada de Pluspetrol Bolivia Corporation S.A. para Fluxus Bolivia S.A..

A Fluxus Bolivia atua no setor de exploração e produção de petróleo e gás natural. Atualmente, opera com uma produção de aproximadamente 412 mil barris de óleo equivalentes por dia, consolidando-se como uma das principais operadoras do segmento na região. A empresa possui e desenvolve atividades em três campos localizados na Bacia de Tarija-Chaco, uma das mais relevantes formações geológicas produtoras de hidrocarbonetos da Bolívia.

Na Bolívia, a exploração de petróleo e gás é regulamentada pela Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos ("YPFB"), empresa estatal responsável por administrar os recursos naturais do país no setor de hidrocarbonetos. Todos os campos e poços pertencem ao Estado boliviano, sendo a YPFB a detentora legal dos direitos sobre esses ativos. A Fluxus Bolivia, não possui os poços, mas atua por meio de Contratos de Operação firmados com a YPFB, nos quais são definidas as condições técnicas, econômicas e legais para a exploração e produção. Esses contratos estabelecem a forma de remuneração da operadora, bem como suas obrigações em relação à produção, investimentos e repasse de receitas ao Estado.

Conforme disposto no Contrato de Compra e Venda de Ações assinado, o preço de aquisição a ser pago pela aquisição é de US\$ 1,00 (um dólar americano), pago ao Vendedor, em papel moeda americano, no closing da operação. O laudo de avaliação elaborado por consultoria independente, conforme os parâmetros do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, evidenciou que o valor justo dos ativos adquiridos é integralmente compensado por passivos operacionais assumidos, notadamente relacionados ao contrato de operação firmado com a estatal boliviana YPFB, o qual representa o principal ativo operacional da Fluxus Bolivia. Não foi identificado ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), tampouco valor residual a ser alocado. A operação foi classificada como estratégica para a Companhia, tendo em vista o aproveitamento de sinergias operacionais na região.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Consideram ainda, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos a Lei 6.404/76 (Lei das Companhias por Ações), com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, provocando mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e na apresentação das demonstrações contábeis a partir de 1 de janeiro de 2008. Dessa forma, essas alterações foram analisadas e aplicadas no que foi pertinente e julgado relevante às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para operações de crédito, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variações às estimativas utilizadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- i) Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- ii) Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- iii) Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas em notas explicativas.

e. Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

f. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Companhia e as suas controladas, e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (i) eliminação dos saldos entre as empresas objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (iv) cálculo de participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando relevante. Diferenças de práticas contábeis entre as controladas e a controladora, quando aplicável, são ajustadas às práticas contábeis da controladora, para fins de consolidação.

A Companhia controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder na investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis das consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

g. Contabilização de combinação de negócios, testes de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Geralmente, todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição numa base de aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

De acordo com as Normas Internacionais de contabilidade (IFRS) 3 "Combinações de Negócios", o excesso pago da contraprestação, o valor de qualquer participação minoritária na adquirida (quando aplicável) e o valor justo, data da aquisição, de qualquer participação detida na adquirida sobre o valor justo líquido do ativo identificável adquirido nessa data é registrada como ágio. O preço de aquisição consiste no caixa pago, o valor justo do capital e o justo valor da contraprestação contingente. O IFRS 3 não permite que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura, bem como os ativos intangíveis com vida útil indefinida sejam amortizados contabilmente, entretanto, eles devem ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente.

A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, e para a determinação de sua vida útil o processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

Companhia adquirida	Adquirente	Participação (%) adquirida	Descrição do negócio	Data de aquisição	Preço de aquisição
Pluspetrol Bolivia Corporation S.A	Fluxus Holding S.A.	100%	Desenvolvimento, operação, execução e comercialização de atividades relacionadas ao setor petrolífero, incluindo prospecção, pesquisa, exploração, refino, transporte, armazenamento, distribuição e serviços de consultoria. Atua tanto no Estado Plurinacional da Bolívia quanto no exterior, podendo realizar importação, exportação e outras atividades conexas ao setor petrolífero.	23.05.2024	US\$ 1,00 (um dólar americano)

h. Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que foram e serão adotados pela Companhia

h1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis

As alterações emitidas em 2020 e 2023, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2024. A Companhia acompanhou as alterações e não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

IAS 1/CPC 26 e IFRS 7/CPC 40 – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”)

A partir de 1 de janeiro de 2024, as alterações visam aumentar a transparência e a comparabilidade das informações financeiras nas operações de risco sacado que consistem no financiamento de fornecedores por meio de instituição financeira. As Companhias deverão informar os termos e condições das operações com fornecedores, a exposição ao risco sacado no fluxo de caixa do balanço e os fatores que afetam o risco de liquidez relacionado a essa operação. A Companhia adequou a divulgação da nota explicativa de acordo com o requerimento da norma.

h2. Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados pela Companhia

ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

A partir de 1 de janeiro de 2025, a Resolução CVM nº 212 realizou algumas correções de redação e referência no ICPC 09 com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores à sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. A Companhia está acompanhando as alterações e não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

CPC 18 (R3) / IAS 28 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

A Resolução CVM nº 211 incorporou ao texto do CPC 18 (R3) / IAS 28 a utilização do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas Demonstrações Individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6404/76 e, por ter relação com as Demonstrações Individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB. A Companhia está acompanhando as alterações e não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A partir de 1 de janeiro de 2027, a norma permite que subsidiárias que não tenham responsabilidade pública e que se o seu controlador final produzir demonstrações financeiras consolidadas em conformidades com as IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais na elaboração das suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis. A Companhia está acompanhando as alterações e não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A partir de 1 de janeiro de 2027, o IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As Companhias são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia está avaliando os impactos da norma e não realizará a adoção voluntária para 2024.

IAS 21 / CPC 02 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A partir de 1 de janeiro de 2025, essa alteração estabelece os requisitos contábeis para quando uma moeda funcional não pode ser convertida em outras moedas. Nesse caso, a Companhia deve usar a taxa de câmbio observável mais recente para traduzir os resultados e a posição financeira dessa operação no exterior para a sua moeda de apresentação. A entidade também deve divulgar essa taxa de câmbio, a data em que foi observada e as razões pelas quais a moeda não é trocável. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para o exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, quando existentes, receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, quando existentes, despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

(Em milhares de reais)

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. No exercício de 2024 a Companhia não possuía adições temporárias e não houve a constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Na controlada Fluxus Bolívia, o imposto aplicável é o Impuesto sobre las Utilidades de las Empresas – IUE, apurado com base nas normas fiscais locais, à alíquota de 25%. A controlada adota as práticas contábeis geralmente aceitas na Bolívia, conforme estabelecido pelo Conselho Técnico Nacional de Auditoría y Contabilidad. O imposto diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis e fiscais, aplicando-se a alíquota vigente e considerando a expectativa de realização futura. Entretanto, em razão da baixa probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos relacionados a prejuízos tributários acumulados, a controlada optou por não reconhecer ativo fiscal diferido, em conformidade com sua política contábil e com as práticas locais. A Companhia avaliou os efeitos dessa prática no processo de consolidação e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas que demandem ajustes para fins de aderência aos CPCs.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia, líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Caixa e bancos	109	11	5.024	11
Aplicação financeira	1.106	-	2.308	4.201
	1.215	11	7.332	4.212

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Mercado externo	107.188	-
(-) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD ⁽¹⁾	(100.758)	-
	6.430	-

A movimentação de PECLD está demonstrada abaixo:

Saldo inicial 01.01.24	-	-
Aquisições/ajuste de combinações de negócios	(100.758)	-
Saldo final 31.12.24	(100.758)	-

Na controlada Fluxus Bolívia, desde 2 de maio de 2007, as receitas reconhecidas referem-se à Remuneração do Licenciado, paga diretamente pela YPFB, conforme previsto nos Contratos de Exploração em vigor, em contrapartida pelas entregas de hidrocarbonetos ao mercado nacional. Até 31 de dezembro de 2024, essas receitas encontram-se pendentes de conciliação com a YPFB Corporación. Os resultados dessa conciliação serão reconhecidos contabilmente no exercício em que forem efetivamente apurados.

Desde 2019, a IEASA (importadora) realiza os pagamentos à YPFB (exportadora) pelas entregas de gás natural destinadas à exportação, conforme os contratos de comercialização firmados entre as partes. A YPFB, por sua vez, repassa os valores devidos aos titulares dos contratos de exploração, por meio de depósitos nas contas correntes por estes designadas.

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das contas a receber inclui uma provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa nos montantes de R\$ 100.758. Essa provisão considera as diferenças relativas a faturas vencidas há mais de um ano em relação ao encerramento do exercício, mas que foram pagas pela YPFB até o final do exercício corrente.

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
IRRF a recuperar	125	15	138	15
IVA	-	-	1.003	-
Outros	-	-	116	-
	125	15	1.257	15

Globe Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

7 DEPÓSITOS FIDUCIÁRIOS

	Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Conta fiduciária Tacobo e Outros	187.019	-
	187.019	-

De acordo com as cláusulas 24.3 e 24.6 dos Acordos Operacionais que a controlada Fluxus Bolívia possui junto à YPF, foi celebrado em 15 de agosto de 2018 o Acordo Fiduciário relacionado ao projeto Tacobo e Outros. Em 17 de agosto de 2018, foi aberta a conta fiduciária destinada ao depósito dos custos de abandono previstos nesse acordo, após sua devida autenticação. A escritura pública do contrato fiduciário foi lavrada em 10 de abril de 2019, perante o Notário do Governo de La Paz.

Em julho de 2019, o valor provisionado, conforme estabelecido na cláusula 24.6 dos contratos de exploração vigentes, foi transferido para a referida conta fiduciária. De acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelo fiduciário, os saldos do ativo da conta fiduciária Tacobo e Outros totalizavam R\$ 187.019 em 31 de dezembro de 2024. Este depósito cobre 100% dos custos de abandono de poços na Bolívia.

8 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Fluxus Holding S.A. ⁽¹⁾	13.143	20.437	-	-
TOTAL	13.143	20.437	-	-

	Total de ativos	Participação	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Fluxus Holding S.A	217.001	100%	49.027	13.143	9.834	(39.208)

⁽¹⁾ Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

9 INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Golden Ratio Capital	986.164	-	983.885	-
TOTAL	986.164	-	983.885	-

Durante o exercício de 2024, a Companhia passou a deter participação no Fundo GOLDEN RATIO CAPITAL SCSp SICAV-RAIF, uma sociedade de investimento com capital variável ("SICAV") classificada como fundo de investimento alternativo reservado (RAIF – Reserved Alternative Investment Fund), constituída sob a forma de sociedade anônima limitada por ações (Société Anonyme), de acordo com as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo.

Esse tipo de fundo está estruturado de acordo com a Lei de 23 de julho de 2016 e é gerido por uma entidade qualificada como Alternative Investment Fund Manager (AIFM). Embora o RAIF não esteja sujeito à supervisão direta da CSSF (Commission de Surveillance du Secteur Financier), ele está sujeito a regras específicas de governança, auditoria e divulgação.

Nos termos do CPC 38 / IFRS 9, o investimento foi classificado como instrumento patrimonial e está mensurado ao valor justo por meio do resultado, conforme a opção irrevogável exercida no reconhecimento inicial. A mensuração do valor justo foi baseada no último valor patrimonial líquido (Net Asset Value – NAV) divulgado pela gestora do fundo, auditado e elaborado segundo normas internacionais de contabilidade.

As variações no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do exercício, refletindo os efeitos econômicos da oscilação no valor da participação. Essa classificação contábil expressa a natureza econômica da operação, que é estratégica e de longo prazo, sem objetivo de negociação frequente ou liquidação no curto prazo.

O fundo é estruturado em múltiplos compartimentos, cada um com estratégia de investimento distinta. Em 2024, os recursos da Companhia foram alocados no compartimento "Projeto HD", voltado à concessão de empréstimos a empresas não listadas do setor de hidrocarbonetos (exploração e produção de petróleo e gás, refino, serviços associados e infraestrutura), com possibilidade adicional de atuação no segmento imobiliário.

Nesse exercício, o Projeto HD concedeu seis empréstimos no total de EUR 149.720.000 equivalente a R\$ 963.642.836 a uma empresa espanhola, com capitalização de juros. O valor patrimonial líquido por cota ao final de 2024 foi de EUR 105,00, representando um retorno líquido de 5,02% no primeiro ano de operação, mesmo com os custos iniciais de estruturação do fundo.

Globe Investimentos S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de reais)

Além do Projeto HD, o fundo possui os seguintes compartimentos adicionais:

• **Projeto MN:** voltado a empresas dos setores de mineração e metais. Embora não tenha apresentado investimentos ativos em 2024, foi registrado como evento subsequente o aporte de EUR 11.700.000 em empréstimo à empresa espanhola Valderas Capital, SL.

• **Projeto EL:** destinado a empresas do setor de utilidades públicas (energia elétrica, gás e água). Até 31/12/2024, não havia investimentos realizados.

• **Projeto TC:** com foco em empresas dos setores de tecnologia e comunicação. Da mesma forma, não houve investimentos ativos até o encerramento do exercício.

Os compartimentos MN, EL e TC apresentaram apenas despesas operacionais iniciais em 2024, resultando em patrimônio líquido negativo ao final do exercício.

10 ÁGIO EM INVESTIMENTOS

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. No consolidado refere-se à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora e redução de custos devido a sinergias esperadas devido a integração das combinações de negócios.

O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fim de teste de impairment. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Ágio rentabilidade futura - Fluxus	43.981	43.981	44.025	43.981
	43.981	43.981	44.025	43.981

11 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Materiais e serviços	120	-	5.633	-
	120	-	5.633	-

12 OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Salários e encargos sociais	-	2.056	4.393	2.152
Provisões para férias, 13º salário e encargos	-	104	-	104
Pis/Cofins s/receitas financeiras	1	528	2	528
Outros	646	-	1.079	-
	647	2.688	5.474	2.784

13 DÉBITOS COM EMPRESAS LIGADAS

Os saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e as transações com empresas relacionadas durante esses exercícios são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
J&F Investimentos S.A	-	791	-	791
LHG Mining Austria GMBH ⁽¹⁾	127.486	303.160	127.486	303.160
	127.486	303.951	127.486	303.951

⁽¹⁾ O saldo em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2024 com a parte relacionada LHG Mining Austria GMBH, foi quitado em 2025 antes da data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(Em milhares de reais)

14 COMPROMISSO COM TERCEIROS PARA INVESTIMENTO

São reconhecidos nessa linha os passivos decorrentes de aquisição de empresas. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos os saldos são classificados no passivo circulante; caso contrário, é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Compromissos com terceiros	13.817	27.633	13.817	27.633
	13.817	27.633	13.817	27.633
Desmembramento:				
Circulante	13.817	13.817	13.817	13.817
Não circulante	-	13.816	-	13.816
	13.817	27.633	13.817	27.633

15 PROVISÃO PARA ABANDONO DE POÇOS E INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO

A subsidiária Fluxus Bolivia reconhece a provisão para abandono de poços e instalações de produção relacionadas aos Contratos de Exploração "Tacobo e Outros", com base em estimativas de custos fornecidas pela área técnica. O valor inicial da provisão, bem como suas atualizações posteriores, seja por alterações no montante estimado, no prazo ou na taxa de desconto, é capitalizado e amortizado com base no método das unidades de produção de cada campo.

O passivo é reconhecido pelo valor presente dos fluxos de caixa estimados e sua atualização ocorre proporcionalmente ao tempo, sendo o efeito do desconto registrado como despesa financeira em cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão para abandono dos ativos relacionados ao contrato "Tacobo e Outros" totalizava R\$ 174.372.

Saldo inicial 01.01.24	-
Aquisições/ajuste de combinações de negócios	174.372
Saldo final 31.12.24	174.372
Desmembramento	
Circulante	96.355
Não Circulante	78.017
Total	174.372

16 PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia não é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais. Os consultores jurídicos responderam as cartas de circularização informando não haver ações em curso onde a empresa figura no polo passivo da discussão, não havendo processos que requeiram a provisão de contingência de acordo com a norma contábil CPC-25, nem ações na condição de Possível perda que requeiram a divulgação em notas explicativas.

17 PATRIMONIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.402.155 composto por 1.402.154.542 ações nominativas de R\$ 1,00 cada.

	Participação %	Número de quotas	2024
Joesley Mendonça Batista	50,00%	701.077.271	701.077,27
Wesley Mendonça Batista	50,00%	701.077.271	701.077,27
	100,00%	1.402.154.542	1.402.155

b) Outros resultados abrangentes

Composto por ajustes de avaliação patrimonial reflexa de controladas e ajustes acumulados de conversão referente a variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis das controladas.

(Em milhares de reais)

18 RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2024	2023
RECEITA BRUTA		
Prestação de serviços	10.185	-
	10.185	-
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Impostos sobre as vendas	(351)	-
	(351)	-
RECEITA LÍQUIDA	9.834	-

19 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Rendimento de aplicação financeira	377	5	377	8
Juros ativos	391	1	18.802	-
Variação cambial e outros	-	-	9.995	-
Receita Financeira	768	6	29.174	8
Tarifas bancárias	(4.670)	(26)	(4.832)	(90)
Juros passivos	-	(51)	(12)	(52)
Imposto de renda sobre remessa exterior	(671)	(261)	(671)	(261)
PIS sobre remessa exterior	(51)	(47)	(51)	(47)
COFINS sobre remessa exterior	(236)	(217)	(236)	(217)
ISS sobre remessa exterior	(156)	(131)	(156)	(131)
CIDE sobre remessa exterior	(311)	(261)	(311)	(261)
PIS/COFINS com exigibilidade suspensa	-	(4)	-	(4)
Variação cambial e outros	(5.393)	(31)	(6.193)	(31)
Despesa Financeira	(11.488)	(1.029)	(12.462)	(1.094)
Receita financeira	768	6	29.174	8
Despesa financeira	(11.488)	(1.029)	(12.462)	(1.094)
	(10.720)	(1.023)	16.712	(1.086)

20 DESPESAS POR NATUREZA

Apresentamos, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
a) Custo dos produtos vendidos				
Custo de estoques, matérias-primas e insumos	-	-	(2.477)	-
Salários e benefícios	-	-	(2.702)	-
Depreciação e amortização	-	-	(2)	-
Outros	-	-	(5.038)	-
	-	-	(10.219)	-
b) Despesas administrativas e gerais				
Salários e benefícios	(1.074)	-	(28.040)	-
Honorários, serviços e despesas gerais	(3.738)	(2.316)	(19.613)	(3.794)
Depreciação e amortização	(419)	-	(618)	-
Outras	(446)	(10)	(528)	(58)
	(5.677)	(2.326)	(48.799)	(3.852)
c) Outras receitas (despesas) operacionais				
Fretes de materiais e outros	(124.568)	(298.671)	(124.568)	(298.671)
Agenciamento	(1.804)	(4.492)	(1.804)	(4.492)
Serviços de terceiros	-	(1.759)	-	(1.759)
Resultado da exposição à inflação	-	-	(712)	-
Ajuste a valor justo de investimento	14.085	-	-	-
Outras	-	-	(8.771)	-
	(112.287)	(304.922)	(135.855)	(304.922)

21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No exercício de 2024 o imposto de renda foi calculado com base no lucro real considerando as atuais alíquotas e a contribuição social sobre o lucro foi apurada, considerando-se a taxa de 9% conforme legislação em vigor.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro real, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo de risco com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui quaisquer operações com derivativos.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia avalia que não está exposta aos Riscos de Crédito, sua exposição aos riscos resultantes de instrumentos financeiros estaria

- Risco de liquidez
- Risco de Mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia monitora as exigências de fluxo de caixa. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista e/ou recebíveis de curto prazo suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto prazo, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

23 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelos sócios em reunião de diretoria em 30 de junho de 2025.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Danilo dos Reis
Contador
CRC SP: 299039/O-8

* * * * *